



A INCLUSÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) EM ESCOLAS REGULARES.

LA INCLUSIÓN DE LA LENGUA DE SEÑAS BRASILEÑA (LIBRAS) EN LAS
ESCUELAS REGULARES.

THE INCLUSION OF LIBRAS IN REGULAR SCHOOLS

Admilson Gonçalves de Almeida.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7008-2705>

UNASP-HT e EAD.

E-mail: admilson.almeida@unasp.edu.br

Janaína da Rocha Dias Borges

ORCID: <https://orcid.org/-0009-0000-8864-2881>

UNASP-EAD

E-mail: janainarochaborges@gmail.com

Jéssica Oliveira de Freitas

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-0801-1672>

UNASP-EAD

E-mail: jof1991@hotmail.com

Rita Rafaela Ferreira

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-9949-8332>

UNASP-EAD

rita.rafaelaferreira@hotmail.com

Eixo temático: Ciências Humanas.



RESUMO EXPANDIDO

Introdução

A Língua de Sinais passou por várias transições e vale ressaltar que cada país possui a sua. A justificativa desse tema se deu por meio da hipótese de conceber que há uma defasagem no ensino de Libras em escolas. A partir de um levantamento bibliográfico, observarmos os fatos, vemos muitas escolas preparadas para a inclusão de pessoas com deficiências físicas e intelectuais, porém para pessoas surdas não encontramos intérpretes que atuam em sala de aula, no auxílio ao educando surdo.

Na esfera desta pesquisa, a qual busca analisar o processo de inclusão do aluno surdo em escolas regulares, como se dá o processo de inclusão e como também observar a formação do profissional intérprete de LIBRAS. A língua Brasileira de sinais (LIBRAS), embora seja uma ferramenta essencial para promover a comunicação com pessoas que possuem deficiência auditiva, é uma língua pouco usada e pouco aprofundada pelos docentes,

Embora ela seja regulamentada pela Lei 10.436, de 24 de abril de 2002 e pelo Decreto 5.626 de dezembro de 2005, não é obrigatória a sua utilização nas matrizes curriculares de uma escola, conforme estabelece o Ministério da Educação (MEC).

Considerando que a disciplina de Libras não é obrigatória em matrizes escolares, mas obrigatória para a formação de professores, como se preparar para um eventual aluno surdo/mudo que será discente de uma instituição, onde não há professores preparados que não tiveram uma formação?

A ideia é inovar e vencer os desafios frente aos obstáculos que a inclusão proporciona, certos de que ao incluir Libras em matrizes curriculares desde a educação básica, será de grande importância tal investimento, pois os alunos deste grupo terão base para se comunicar com futuros colegas que possivelmente só se comuniquem em Libras, reconhecendo que eles possuem suas características e personalidades, serão ensinados desde pequenos a respeitar as diferenças e também será um aprendizado para a vida.

Objetivo

A presente pesquisa tem como objetivo geral discutir a relevância da inclusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em Escolas Regulares.



Os objetivos específicos estão elencados da seguinte forma: Descrever a importância da Língua Brasileira de Sinais, seu papel e sua função social na manutenção e garantia de inclusão e igualdade nos espaços escolares. Levantar junto aos docentes quais as principais dificuldades em relação ao domínio da Língua Brasileira de Sinais. Pesquisar possíveis lacunas na formação dos professores e demais sujeitos da comunidade acadêmica frente à necessidade de dominar a Língua Brasileira de Sinais.

Método

A metodologia empregada para a elaboração desta pesquisa configura-se por meio de uma pesquisa bibliográfica com revisão de literatura. Desenvolvendo-se em caráter qualitativo, de cunho descritivo.

Resultados

Como resultados apresentamos que a inclusão de libras é algo fundamentado por Lei. E verificamos isso quando lemos a Lei 1036 de 24 de abril de 2002, onde expõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Essa Lei traz por base informar que o sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de educação especial e assim por diante.

Mas analisando o que essa Lei propõe, vemos que na realidade, no dia a dia, do aluno ou do profissional, é um pouco distorcido, pois não fornecem acesso ao conhecimento e ao formas de se aprimorar. A forma mais correta de se chegar a um consenso e que todos possam aprender, é informando, indicando meios para que se chegue à base de conhecimento onde todos saiam ganhando. Abaixo apresentamos os resultados sugestivos de como as informações podem ser trabalhadas.

1. Estabelecer um curso de formação para professores e funcionários.
2. Expor na escola material ilustrativo para assim poder receber o aluno não típico.
3. Conscientizar alunos para receber o estudante de inclusão com acolhimento.
4. Caso tenha um intérprete na sala, que o professor não coloque a responsabilidade no intérprete do aprendizado do aluno.
5. Entender que somente se aprimorando é que será capaz de receber o aluno na instituição.



Conclusões

O tema do trabalho de conclusão se afunilou em estudar os alunos que apresentam surdez e se comunicam através da língua de sinais, pois Libras é a língua materna para quem nasceu surdo, assim como o português é materno para quem é o ouvinte, ou seja, que necessitam da Libras excepcionalmente para se comunicar, também para elucidar como as escolas reagem frente a essa inclusão quando se deparam com ela.

A linguagem de sinais muito usada para comunicação daqueles que não podiam oralizar suas falas no passado, tornou-se evidente somente muitos anos após sua constituição, pois tornou-se presente em uma Lei que assegura direitos as pessoas que não conseguem se expressar através da fala, o que salienta a necessidade de atualização nas diretrizes para que seja concretizada a obrigatoriedade dessa disciplina curricular para atender a todas as pessoas com deficiências de comunicação.

O enfoque desse trabalho que foi construído através de uma metodologia de pesquisa bibliográfica e que fundou-se em cunho descritivo é de trazer à tona o que estava digamos que “nas sombras”, pois ao focar o holofote para esse assunto, foi encontrado algumas dúvidas, onde começou a ser questionado o quanto a escola estaria preparada para receber um aluno que precisasse dessa inclusão, ou seja, que a necessitasse de um intérprete em sala de aula e que pudesse se expressar em todos os âmbitos escolares, sem que se sentisse prejudicado.

Ao longo da pesquisa se pode concluir que a Libras deve ser a primeira língua do surdo, denominada como “L1” e a língua portuguesa como “L2”, pois conforme foi verificado o aluno surdo precisa interagir com os demais em uma escola. Foi analisada que as escolas precisam ser bilíngues, ou seja, que estejam preparadas para instruir alunos que necessitem do amparo da Libras. Mesmo o aluno sendo surdo, ele precisa aprender a forma escrita do português, para assim poder se comunicar. Então nos restou concluir que as instituições deveriam preparar seus funcionários e contar com uma escola que ofereça os recursos, como um intérprete, quando se deparar com situações de inclusão que fogem do habitual, pois assim como outras inclusões possuem o direito a acessibilidade, um aluno com surdez também exerce desse



mesmo direito. O aluno surdo tem por Lei direito de estudar em uma escola regular, mesmo que seja em uma escola com predominância de ouvintes, mas devemos salientar que essa instituição deve fornecer os recursos necessários para que esse aluno cresça proporcionando um ensino de qualidade.

Descritores:

Inclusão, Libras, Surdos;
Inclusion, Libras, Def;
Inclusión, Libras, Sordo

Referências

ALMEIDA M.P. **História de Libras: Característica e sua Estrutura**, Revista Philologus, N° 54 – Suplemento: Anais da VII JNLFLP. Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. [Constituição (2015)]. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**: (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 5 jun. 2022.

CERNY, Roseli Zen; QUADROS, Ronice Muller. **Formação de professores de Letras-Libras: construindo o currículo**. Revista e-Curriculum, v. 4, n. 2, 2009. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/3230>>. Acesso em: 29 mai. 2022.

FERNANDES, Maraísa Kíssila Oliveira; SANTOS, Fabiana Martins. **Formação docente e a inclusão de alunos surdos**: relato de experiência professores do município de diamantina-mg. Anais do Seminário Nacional de Educação Especial e do Seminário Capixaba de Educação Inclusiva, v. 3, n. 3, 2020. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufes.br/snee/article/download/34447/23090>>. Acesso em 29 mai. 2022.

GRANDE, R. M. C. **Inclusão: privilégio de conviver com as diferenças**. 2006. 37 f. Monografia – Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2006.

LINS, Maria Judith Sucupira da Costa. **Educação bancária: uma questão filosófica de aprendizagem**. Rio de Janeiro, ano 2011. p. 01-12, 30 jul. 2011. Disponível em: https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Lins-Educacao_bancaria.pdf. Acesso em: 30 mai. 2022.

MENEZES, Márcia Sá Rodrigues de. **Inclusão Do Aluno Surdo Na Escola Regular: Na Perspectiva Do Gestor E Docentes**. Orientador: Severina S. B. de F. Klimsa. 2014. Monografia (Graduação pedagogia) - Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2014. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/documents/39399/2407696/MENEZES%3B+KLIMSA+-+2014.1.pdf/f8380a4e-669b-4c12-9ceb-813b927d76ef>>. Acesso em: 5 jun. 2022.



PAIVA, Gláucia Xavier dos Santos; FARIA, Juliana Guimarães; CHAVEIRO, Neuma. **O ensino de Libras nos cursos de formação de professores: desafios e possibilidades.** 2018. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/17544/5/Artigo%20-%20%c3%a1ucia%20Xavier%20dos%20Santos%20Paiva%20-%202018.pdf>>. Acesso em 29 mai. 2022.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

GOMES. **Ensino digital UnÍntese,2021.** Disponível em: <['Libras na Escola' leva inclusão para todos os alunos - Ensino.digital](#)>